

# A vida acidentada de um salão de arte

WALMIR AYALA



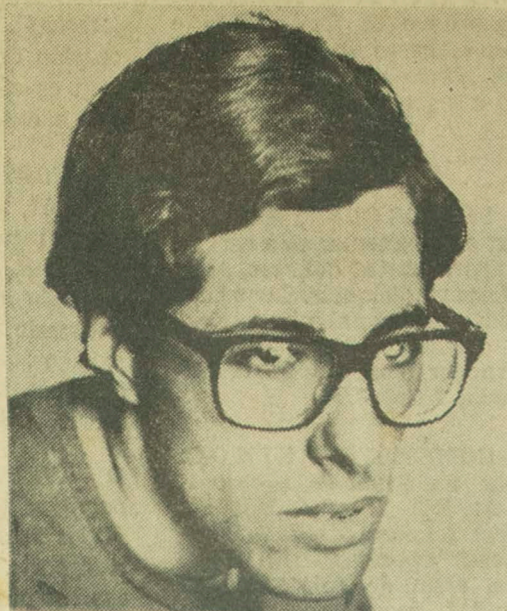
IBERÊ CAMARGO



INIMA DE PAULA



DIANIRA



ROBERTO MAGALHÃES

O Salão Nacional de Arte Moderna, em seu 17.º ano de existência, constitui, como o, aliás, desde o princípio, um ponto de real interesse para todos os artistas plásticos. Por um lado, e, principalmente, pelo régio Prêmio de Viagem ao Estrangeiro: dois anos no exterior com 500 dólares por mês. Por outro lado, pela possibilidade de se avaliarem todos os rumos assumidos pelas artes plásticas, dando ao público acesso a artistas novos para os quais as galerias estão invariavelmente fechadas.

As origens deste Salão remontam ao tempo do Império, quando o próprio D. Pedro II fazia questão de inaugurar a mostra. Até 1940 a palavra moderno era tabu dentro desta antiga promoção de arte. Naquele ano criou-se a Divisão de Arte Moderna, subordinada ao Museu Nacional de Belas-Artes. Os acadêmicos e modernos, separadamente, concorriam, dentro do mesmo Salão, a um prêmio de viagem ao estrangeiro. De 1941 a 1951 foram premiados, na divisão moderna, José Pancetti, Milton Dacosta, Alfredo Ceschiatti, Iberê Camargo, Clóvis Graciano, José M. Morais, Lívio Abramo e Zélio Nunes.

Em 1952, em virtude da Lei n.º 1512 (de 19 de dezembro de 1951), foi criada a Comissão Nacional de Belas-Artes e passaram a ser do regulamento do Salão Nacional de Arte Moderna dois prêmios de viagem ao estrangeiro, um conferido ao setor de pintura e outro aos de escultura, arquitetura, desenho, artes gráficas e arte decorativa. Como se vê, o Salão foi criado num tempo em que os pintores se davam os turbulões; às outras categorias o sanduíche. Este é um ponto que, se o Salão não acabar este ano (como dizem, a propósito da crise e retenção de verbas oficiais), deverá ser reformulado.

Em 1952 realizou-se o I Salão de Arte Moderna, independente, com seus prêmios, em local próprio (e até hoje próprio, vide o XVII). O júri do I Salão tinha o nome de Timóteo Perez Rúbio, ex-Diretor do Museu de Arte Moderna de Madri, Presidente da Junta de Conservação do Tesouro Artístico Espanhol e que, desde então e até hoje, vive entre nós. Deye-se a este homem, profissional e técnico de museus, o inestimável serviço de, durante a Guerra Civil Espanhola, ter comandado o embarque, em trem, de todo o tesouro artístico espanhol (inclusive as peças das casas particulares, como a casa de Alba etc.) e levado este acervo para Genebra, na Suíça, onde foi depositado, exposto e depois devolvido à Espanha. Assim, escaparam de bombardeios e outras depredações alguns dos mais significativos depoimentos da criação artística em toda a história da humanidade. Os outros membros do júri do I Salão, que foi acusado de tumultuado e desconcertante pelo bom e mal que alternava em sua mostra, foram Quirino Campofiorito e Francisco Stockinger. Trezentos e vinte e seis trabalhos foram selecionados e os dois prêmios de viagem ao estrangeiro foram dados a Inima José de Paula (pintura) e Marcelo Grasmann (desenho).

## O CORTE E O SALÃO PROTESTO

O II Salão Nacional de Arte Moderna, em 1953, contou, como membros do júri, com Antônio Bento, Lívio Abramo e Quirino Campofiorito. Duzentos e trinta e nove trabalhos foram selecionados. Neste ano, Antônio Bandeira ganha o Prêmio de Viagem ao País, e o Grande Prêmio de Viagem ao Estrangeiro é conferido a Fernando Clóvis Pereira (onde andará este laureado?). Ambos na categoria de pintura. Nas outras categorias, Augusto Rodrigues, com desenho, conquistou o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro. O violento corte (80%), neste II Salão, causou escândalo. Os cortados e inconformados, reuniram-se e organizaram o Salão dos Excluídos, no 9.º andar da Associação Brasileira de Imprensa, chamando os membros do júri para um debate. O debate não houve, a comissão julgadora fez-se ausente. Este ano houve a tentativa de modificar o sistema de apenas um membro do júri ser escolhido pelos artistas, e dois pela Co-

missão de Belas-Artes. Os artistas, sendo os que devem ser julgados, é justo que, por eleição democrática, escolhessem seus julgadores. Já se passaram 15 anos e as coisas continuam na mesma. Alguém já disse que errar é humano e simples, mas corrigir é que são elas! E a gente vai humanamente suportando o erro, até apodrecer definitivamente com ele.

## SALÃO PRÉTO E BRANCO

Um ato insensato do Governo, equiparando o material de trabalho dos artistas aos artigos de luxo, isto é, na 5.ª categoria cambial, resultou no famoso Salão Preto e Branco. Nem o Ministro da Educação, nem o Presidente da República, nem qualquer autoridade competente compareceu à inauguração do III Salão Nacional de Arte Moderna, de 1954, que se transformou num verdadeiro salão de protesto. Liderados por Iberê Camargo, os artistas dirigiram ao Ministro da Educação um apelo pleiteando "urgentes modificações nas atuais categorias das tabelas de ágios que oneram absurdamente o material artístico imprescindível à nossa sobrevivência profissional". Trezentos e vinte e três trabalhos foram expostos neste ano, selecionados por uma comissão composta por Geza Heller, Milton Dacosta e Djanira, que concederam prêmios de viagem ao estrangeiro a Francisco Reboloto Gonzales (pintura) e Sansão Castelo Branco (arte decorativa).

## DOIS SALÕES E UM ESCÂNDALO

O IV Salão Nacional de Arte Moderna, em 1955, com um júri composto de Antônio Bento, Firmino Saldanha e Honório Peçanha, seleciona 464 trabalhos e confere prêmios de viagem ao estrangeiro a Ramiro Martins Pereira (pintura) e Sônia Ebling (escultura). Já o V Salão, em 1956, nasce sob a égide de um escândalo: a gravura de Iberê Camargo é considerada, por alguns membros da Comissão de Belas-Artes, como imoral. Mas os jornais da época dizem que o público não se escandalizou, passou, viu e assimilou. A comissão julgadora, composta de Santa Rosa, Mário Barata e Quirino Campofiorito, selecionou 393 e premiou Firmino Saldanha (pintura) e Anísio Medeiros (desenho) com viagem ao estrangeiro.

## VIAJOU MAS NÃO ESTUDOU

Djanira foi o pivô de um caso no VI Salão Nacional de Arte Moderna, em 1957. O regulamento do Salão prevê que o artista que, tendo viajado, fizer qualquer curso no estrangeiro, não pode mais receber o prêmio de viagem ao estrangeiro. Djanira, candidata forte ao ambicionado prêmio, naquele ano, apresentou cartas de 12 diplomatas brasileiros que a conheceram em Nova Iorque, atestando que a artista, apesar da viagem, não frequentou qualquer curso de arte nos Estados Unidos. Aberto o precedente, outros artistas que se encaixavam em situações similares, fizeram-se ouvir: Maria Leontina, Sérgio Camargo, José Pedrosa, Misabel Pedrosa. O júri do VI Salão, composto de Osvaldo Goeldi, Aníbal Machado e Franck Schaeffer, selecionou 432 trabalhos e premiou Ivã Serpa (pintura) e Darel Valença (desenho) com Viagem ao Estrangeiro.

## ARQUITETO NÃO

O VII Salão Nacional de Arte Moderna, em 1958, foi agitado com a demissão irrevogável, pedida por Iberê Camargo, de membro do júri de seleção e premiação, por pretenderem os outros dois membros afastar os arquitetos da

competição, alegando serem eles os únicos artistas em boa situação econômica. Os outros membros do júri eram Quirino Campofiorito e José Roberto Teixeira Leite. Campofiorito defendeu-se da grave acusação, atribuindo a Iberê uma "alucinação temporária" e considerando absurda a hipótese de que ele e José Roberto Teixeira Leite pretendessem afastar do Salão de Arte uma especialidade tão importante como a arquitetura. Nada ficou provado, mas a reação não se fez esperar: a pintora Djanira pediu a retirada dos três quadros com que concorreria ao Salão, em solidariedade à atitude assumida por Iberê. A Comissão Nacional de Belas-Artes marcou uma reunião para indicar o substituto de Iberê. No caso, Bruno Giorgi, dada a sua condição de jurado suplente. A Comissão assim constituída selecionou 361 trabalhos e premiou João Quaglia (pintura) e Franz Weissmann (escultura).

## O DRAMA DO LOCAL

O VIII Salão Nacional de Arte Moderna foi marcado pelo drama da localização. Estando ocupado o segundo andar do Ministério da Educação e Cultura, com os escritórios administrativos da Novacap, pensou-se em localizá-lo no terceiro andar do Museu Nacional de Belas-Artes. Por outro lado, pensou-se em adiá-lo, naquele ano de 1959, para setembro, quando haveria no Rio um Congresso Internacional de Críticos de Arte. Neste caso, o Salão Moderno se apresentaria no mesmo prédio e na mesma data do Salão Acadêmico. Isto repugnava a meio mundo. Outras soluções se apresentaram: instalar o Salão no segundo andar da Escola Nacional de Belas-Artes? Transferir para novembro? Acabou sendo instalado no segundo andar do Museu Nacional de Belas-Artes. A comissão julgadora, constituída de Abelardo Zaluar, Quirino Campofiorito e Poti Lazaroto, selecionou 473 trabalhos e premiou Benjamin Silva (pintura) e Aldemir Martins (desenho).

## O BREVE SALÃO E O LAPSO

O IX Salão, em 1960, crendeu-se pela brevidade. Apesar da lei que rege os salões oficiais, dando-lhes a duração de um mês e meio, este salão esteve aberto apenas 20 dias. Havia um declínio no interesse e na publicidade dos mesmos. Neste ano assistimos a um Salão dos Independentes — ou recusados. A acusação aos comitês, no julgamento, foi violento, por parte da imprensa. O júri, composto de Lourival Gomes Machado, Milton Dacosta e Mário Pedrosa, selecionou 314 trabalhos e premiou Arnaldo Pedroso D'Horta (desenho) e Aluisio Carvão (pintura). Já o X Salão, em 1961, ficou lamentavelmente marcado por um lapso em seu catálogo: foi registrado o nome de um dos concorrentes como já detentor do prêmio que viria a receber. Foi o salão do informalismo. Trezentos e sessenta e seis trabalhos selecionados por um júri composto de Bustamante Sá, Carlos Cavalcanti e Geraldo Ferraz e que premiou Ubi Bava (pintura) e Fernando Pamplona (arte decorativa).

## O SALÃO DESDOBRADO

O XI Salão, em 1962, era desdobrado em duas etapas. O primeiro andar do MEC não comportava todas as obras. Foi o chamado salão do "um em dois". Inaugurações em 1.º de junho e 25 de junho. A crônica local notou uma simpatia pelos primitivos, neste salão, estes primitivos que parecem hoje não ter vez. Expunham, naquele ano, nada menos que Grauben, Ivã Morais, Gerson e Silva, entre outros. O júri, composto de Iolanda Mohalyi, Antônio Bento e Fayga Ostrower, selecionou 167 trabalhos, premiando Rubem Valentim (pintura) e Ana Leticia (desenho). Neste ano, assistimos a

duas homenagens póstumas: Cândido Portinari e Raimundo Nogueira.

O XII Salão, em 1963, selecionou 344 trabalhos, com um júri composto de Ernani Vasconcelos, Joaquim Tenreiro e Edson Mota. Prêmios para Loio Pérsio (pintura) e Abelardo Zaluar (desenho). Em 1964 tinha lugar o XIII Salão, com Flávio de Aquino, Carlos Magno e E. P. Sigaud no júri, selecionando 305 trabalhos, e premiando Arcangelo Ianelli (pintura) e Fernando Jackson Ribeiro (escultura).

## GRAVURA NÃO TEM VEZ

O XIV Salão, em 1965 não concedeu nenhuma isenção à gravura. Foi violentamente acusado pelos alunos da Escola de Belas-Artes como um salão conservador. No entanto, houve uma ponta de escândalo com a aceitação de um trabalho considerado erótico, de Antônio Dias, intitulado Programação para Assassinato. Neste ano, o arquiteto Aníbal de Melo Pinto apresentou em nome da Comissão Nacional de Belas-Artes uma reivindicação dos artistas nacionais, pretendendo a realização de três Salões em vez de dois: um, só de pintura, outro só de escultura e ainda outro de arte decorativa. O júri deste Salão, composto de Moacir de Figueiredo, Bustamante Sá e Carlos Cavalcanti, selecionou 324 trabalhos, e premiou Valdir Joaquim de Matos (pintura) e José Silveira d'Ávila (arte decorativa).

O Salão onde compareceu maior número de trabalhos foi o XV: quinhentos e noventa e seis. O júri, composto de Abelardo Zaluar, Darel Valença e Quirino Campofiorito, premiou Douglas Marques de Sá (pintura) e Roberto Magalhães (desenho). Roberto Magalhães, aliás, deu o alarme a respeito da decadência, na burocracia dos prêmios. Estão atrasando de muitos meses, obrigando os artistas a uma sobrevivência difícil, quando não, humilhante. R. Magalhães voltou antes do tempo.

## OS DOIS ÚLTIMOS

O XVI Salão, em 1967, premiou Rubens Gerchman (pintura) e Amílcar de Castro (escultura). Gerchman ainda não conseguiu acertar o pagamento do seu, e periga de não poder sequer começar sua viagem. Duzentos e oitenta e oito foram os trabalhos selecionados neste ano. Júri: Válder Zanini, Aluisio Carvão e Antônio Bento. Já em 1968, o XVII Salão teve seu incidente. A comissão julgadora, composta de Iberê Camargo, Arcangelo Ianelli e Rubem Valentim, não chegou a um acordo quanto à premiação de Viagem ao Estrangeiro para pintura. Cada membro do júri tinha um candidato ao prêmio e não abriu mão da escolha. Assim o prêmio não foi concedido e, conforme prevê o regulamento do Salão, a Comissão de Belas-Artes votará num dos três artistas inicialmente empatados. Este ano 361 trabalhos foram expostos.

Esta é a breve crônica de um Salão de 17 anos de vida acidentada, e que já está precisando de uma reformulação. Velhas engrenagens emperraram, e a máquina do depoimento não documenta com clareza. As isenções obsoletas, os prêmios a serem desdobrados, para maior aproveitamento dos jovens pintores que cada dia se multiplicam; a independência da gravura, urgente na medida da qualidade crescente; tudo para a salvação do Salão Nacional de Arte Moderna, importante e ansiosamente absorvido pelos artistas, e que se esvai na desmoralização do prêmio que já não se paga, da montoeira de isenções vitais, na deficiente instalação que se conserva a mesma dos primeiros anos. Há quem deseje a morte deste Salão e de tantos outros existam. Para nós, que acreditamos ainda na sua eficiência, para a resolução de tantos problemas contemporâneos da sobrevivência da expressão, é com cuidado que o vemos tremular, desejosos de uma reforma que o fortaleça e o transforme, com mais precisão, no termômetro da visão construtiva do nosso tempo.